

PROJETO DE LEI Nº 104/2013

Proíbe o corte de fornecimento de água no Município de Itaúna por falta de pagamento da tarifa sobre o serviço de abastecimento de água e esgoto

A Câmara Municipal de Itaúna, por seus representantes aprovou, e eu, Prefeito Municipal em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proibir o corte do fornecimento de água, por motivo de não pagamento desse serviço público, aos usuários que comprovadamente estejam desempregados e cuja renda familiar per capita antes do desemprego era de até 02 (dois) salários mínimos.

Parágrafo único. O período de manutenção do fornecimento de água para os usuários que se enquadrarem nas condições previstas no caput deste artigo será de, no máximo, 06 (seis) meses, ficando o usuário, após esse período, compromissado a iniciar o pagamento do débito acumulado, em até 24 (vinte e quatro) parcelas, com a cobrança de juros e demais taxas permitidas por lei, sob pena de ter o fornecimento de água cortado.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta **Lei** entra em vigor na data de sua publicação, devendo o Executivo regulamentá-la, no que couber, no prazo de 90 dias contados de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2013.

Maurício Aguiar
Vereador

JUSTIFICATIVA

A presente proposta é, na ótica deste vereador/autor, a forma correta de resolver os inúmeros e injustos problemas causados pela interrupção do fornecimento de água tratada a cidadãos desempregados.

Trata-se, aqui, de um líquido precioso, de um bem inestimável, de uma necessidade das mais básicas e essenciais para a vida e, por conseguinte, essencial para a manutenção da dignidade humana, bem esse que não pode ser alienado de forma tão indiscriminada e, por que não dizer, cruel, daqueles que se veem em situação difícil pela falta de emprego e/ou ocupação que lhes garanta uma renda suficiente para arcar com o pagamento desse benefício.

Peço o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição.

Maurício Aguiar
Vereador

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

RELATÓRIO

Tendo esta Comissão, recebido na data de 22 de novembro de 2013, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa do **Projeto de Lei nº 104/2013**, que “*Proíbe o Corte de Fornecimento de Água no Município de Itaúna por falta de Pagamento da Tarifa sobre o Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto*”, e tendo sido nomeado para relatar sobre a matéria em apreço, passo a expor o seguinte esclarecimento:

- O referido projeto tem objetivo proibir o corte de fornecimento de água no Município de Itaúna por falta de pagamento da tarifa sobre o serviço de abastecimento de água e esgoto.
- Diante do exposto, passo a emissão do meu voto.

VOTO DO RELATOR

Este relator entende que o supramencionado Projeto de Lei, encontra-se dentro da correta Técnica Legislativa, portanto, sou pela apreciação da presente proposição pelo Plenário.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2013.

Gleison Fernandes de Faria

Presidente

Ante a análise do parecer exarado pelo Presidente da Comissão, acatamos o voto do relator.

Hudson Rodrigues Bernardes

Membro

Nilzon Borges Ferreira

Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO

RELATÓRIO AO PROJETO DE LEI Nº 104/2013

Aos 25 dias do mês de novembro de 2013, recebeu a Comissão de Finanças e Orçamento (CFO) por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Itaúna/MG o Projeto de Lei nº 104/2013 que “*Proíbe o corte do fornecimento de água no município de Itaúna por falta de pagamento da tarifa sobre o serviço de abastecimento de água e esgoto*”, de autoria do Exmo. Sr. Vereador de Itaúna/MG, Maurício Aguiar, e tendo avocado a relatoria, deste passo a apreciar o referido projeto, com as seguintes considerações:

Em 25 de novembro do vigente ano foi encaminhado o Projeto de Lei nº 104/2013 através da Secretaria desta Casa de Leis, à Comissão de Finanças e Orçamento, e essa entendeu que para se exarar o competente parecer orçamentário e financeiro seria necessária a lavratura de minucioso documento que atestasse a legalidade, bem como constitucionalidade da referida proposição, o que foi requerido à fl. 06.

Não obstante, pede-se a devida vênua, pois, acredita essa Comissão que, embora apontado no parecer jurídico de fl. 08, acreditamos ser competência da CFO solicitar laudo técnico (parecer jurídico), uma vez que não fora solicitado pela Comissão de Justiça e Redação desta Casa, para que estes legisladores se norteiem quanto a legalidade e constitucionalidade da proposição, isso para que não se aprove um texto que fira Leis superiores e/ou a própria Carta Magna, trazendo posterior nulidade desta legislação.

Fortalecendo ainda mais o nosso posicionamento de se requerer um parecer da Procuradoria Legislativa quanto ao projeto aqui apreciado, em sendo o mesmo aprovado, se terá uma renúncia de receita, sendo ela caracterizará pela isenção de cobrança de taxa na prestação de um serviço público pela autarquia municipal SAAE, tendo assim flagrante afronta as legislações superiores.

Por fim, seguiu-se o r. parecer jurídico (fls. 07/12).

Diante do exposto passo a emissão do meu voto.

VOTO DO RELATOR

Ante ao exposto, entende este relator que o supramencionado Projeto de Lei não se encontra devidamente instruído, tão logo, não estando apto a ser apreciado pelo plenário desta Casa.

Sala de Comissões, Itaúna/MG, 16 de dezembro de 2013.

Antônio José de Faria Júnior - Da Lua
Presidente/Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO

PARECER FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 104/2013

Diante da análise, bem como da emissão do parecer exarado pelo relator da Comissão de Finanças e Orçamento (CFO), Vereador Antônio José de Faria Júnior, ante o Projeto de Lei nº 104/2013, que *“Proíbe o corte do fornecimento de água no município de Itaúna por falta de pagamento da tarifa sobre o serviço de abastecimento de água e esgoto”*, de autoria do Exmo. Sr. Vereador de Itaúna/MG, Maurício Aguiar, entende-se que o Projeto de Lei não se encontra devidamente instruído, tão logo, sendo contrários à apreciação pelo plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, Itaúna/MG, 16 de dezembro de 2013.

Acompanham o voto do relator:

Francis José Saldanha Franco
Membro da CFO

Leonardo Santos Rosemburg
Membro da CFO